

Brasília, 12 de agosto de 2024.

Ao Exmo. Sr.
Deputado Mário Negromonte Jr.
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Assunto: Proposta de questionamentos a serem feitos ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto

Excelentíssimo Deputado Mário Negromonte Jr.,

Tendo em vista que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deverá comparecer a essa CFT no dia 13 de agosto (amanhã, terça-feira) às 10 horas, enviamos a Vossa Excelência algumas sugestões de perguntas que entendemos importantes que fossem formuladas ao convidado, e, desde já, agradecemos a V. Exa. o compartilhamento dessa demanda da sociedade civil com os(as) demais integrantes dessa CFT.

1) Nos últimos 12 meses terminados em julho/2024, a inflação (medida pelo IPCA/IBGE) teve 75% de sua composição decorrente de preços que nada tem a ver com um suposto excesso de demanda, mas sim por preços definidos pelo próprio governo (combustíveis, energia elétrica, taxa de água/esgoto, transporte público, emplacamento e licença de veículos, pedágio, medicamentos, planos de saúde, comunicação); preços que dependem da inflação passada (cursos regulares), preços de alimentos (que variam conforme a sazonalidade e fatores climáticos) e preços que deveriam ser controlados pelo Banco Central, como os serviços bancários, que subiram o absurdo de 8,66% no período, enquanto os bancos ostentam lucros bilionários e posam de bons moços dizendo que se preocupam com a inflação. (Fonte: Resultados por Sub-item, na página do IBGE na internet <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=resultados>).

Adicionalmente, segundo o próprio mercado financeiro (Boletim Focus de 2/8/2024), todas as previsões de inflação para 2024, 2025, 2026 e 2027 estão dentro da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Sendo assim, **o convidado precisaria explicar qual a justificativa para manter o Brasil com uma das maiores taxas básicas reais de juros do mundo, o equivalente ao triplo das taxas dos EUA e Europa!**

2) Será fundamental também questioná-lo acerca de sua defesa à insana PEC 65, pois ele tem defendido a autonomia total do Banco Central em relação aos governos eleitos pelo povo, tendo em vista que, ao mesmo tempo, o Banco Central recebe do Tesouro Nacional mais de 2 TRILHÕES de reais em títulos públicos, de graça, ou seja, o Banco Central não paga por esses títulos e, ainda por cima, o Tesouro ainda paga juros altíssimos sobre estes títulos, que somam centenas de bilhões de reais por ano, dinheiro que vem sendo usado pelo BC principalmente para remunerar a sobra de caixa dos bancos nas operações compromissadas e depósitos voluntários remunerados.

3) Na oportunidade, será fundamental retomar as questões que elaboramos em outra oportunidade em que o referido senhor esteve nessa CFT, porém, não chegou a responder aos “Questionamentos ao presidente do Banco Central Roberto Campos Neto” que elaboramos à época e que estão disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Questionamentos-ao-presidente-do-BC-Roberto-Campos-Neto-26.09.2023.pdf>, e tratam dos seguintes temas:

1 – Elevação da Selic e declaração pública de Roberto Campos Neto no sentido de que “...*Você tem que colocar o país em recessão...*”;

2 – Descumprimento do disposto no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar 179/2021;

3 – Juros reais mais elevados do planeta, sem justificativa;

4 - Maior remuneração aos bancos, sem paralelo em todo o planeta;

5 – Chantagem para que o governo apresentasse regra fiscal “crível” para que os juros pudessem ser reduzidos;

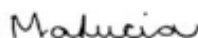
6 – Influência dos juros altos pagos pelo BC na geração de prejuízo recorde em 2022 de quase R\$ 300 bilhões, apesar de ter recebido R\$ 212 bilhões do Tesouro Nacional;

7 - Relação entre os Juros Altos injustificados e a subordinação ao “BIS”;

8 – Compra de toneladas de ouro sem transparência.

Contamos com a atenção de Vossa Excelência e desde já agradecemos.

Atenciosamente,



Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida